

UTOPIA E CIDADANIA: FPN (1956-1964)

Lucília de Almeida Neves*

*A política deixava de ser vista,
por expressivos segmentos da
população, como privilégio das
elites e também como realidade
restrita ao espaço das
instituições estatais, ou a elas
relacionadas.*

A segunda metade dos anos 50 foi marcada pela utopia da modernização desenvolvimentista implementada no País a partir do Governo JK. Foi também, um contexto de intensa mobilização da sociedade civil e das instituições políticas que compõem a estrutura estatal. O clima efervescente da época ressoava em um parlamento politizado e atuante e concretizava-se através de uma mobilização ativa dos partidos políticos e pela cotidiana manifestação de organizações da sociedade civil, como as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes, as Comunidades Eclesiais de Base e os sindicatos.

Os movimentos e manifestações culturais também viviam um tempo de euforia traduzido pelo movimento da bossa nova na música, pelo vanguardismo do Cinema Novo, pela renovação temática e estética no teatro, levada à frente pelos Grupos Arena e Oficina. Também a renovação das linhas arquitetônicas com Oscar Niemeyer, que apostava nas construções dinâmicas, arrojadas, futuristas, representou o signo da modernidade do período¹. A crença na

mudança contagiava diferentes segmentos da sociedade brasileira. A palavra renovar estava presente nos corações e mentes da população. Marcava também o projeto econômico desenvolvimentista, que propiciou a introdução no mercado de consumo dos eletrodomésticos, que contribuíram para alterar, de forma significativa, as condições de conforto e o cotidiano das classes médias. Por sua vez, foi também a dinâmica da economia desenvolvimentista que proporcionou uma marcante agilização no sistema de comunicações do País, introduzindo, de forma definitiva, a era do automóvel na vida nacional. Por outro lado, foi esse mesmo modelo econômico que internacionalizou a economia brasileira e que contribuiu para o aprofundamento das estruturais contradições do País.

As novas temáticas e às novas experiências culturais de vanguarda do período mesclavam-se propostas econômicas e sociais de caráter reformista. Era o tempo da cultura engajada e, sobretudo, nacionalista. A idéia de mobilização e conscientização predominava entre os segmentos da sociedade que apostavam na superação das condições de subdesenvolvimento do País através da adoção de políticas nacionalistas e reformas sociais. Era preciso "mobilizar o povo", "conscientizá-lo" e "apoiá-lo em sua organização". Essas eram condições entendidas pela vanguarda cultural e política como necessárias à construção de uma democracia social e de uma ordem política e econômica emancipada.

Emancipação, por sua vez, era palavra sinônima de nacionalismo e de esperança. O final da década de 50 e o início da de 60, apesar das profundas contradições sociais e econômicas que se faziam visíveis no cotidiano do cidadão

brasileiro, apresentava-se como um tempo de cultivar utopias, como um tempo de possibilidades mágicas para as pessoas e organizações que acalentavam projetos transformadores para o País. Nacionalismo, modernização distributiva e reformas sociais eram palavras que exaltavam a mudança e a integração do povo como sujeito ativo em um processo que pretendia ter a marca da renovação.

A política deixava de ser vista, por expressivos segmentos da população, como privilégio das elites e também como realidade restrita ao espaço das instituições estatais, ou a elas relacionadas. Governo e Parlamento, bem como partidos políticos, passaram a ter na sociedade civil não somente uma referência para os desdobramentos de sua ação política, mas também um interlocutor legítimo que, dia a dia, buscava estender mais e mais sua influência sobre as decisões a serem tomadas por essas instituições.

A sociedade civil mobilizada e com capacidade de crescente influência sobre as decisões do governo representava para os setores que conformavam a oposição aos governos "nacionais-desenvolvimentistas" uma ameaça efetiva de transformação das ações governamentais em uma política concreta de reformas sociais. Apresentava também um

1. Heloisa Starling, *Os senhores das Gerais*. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petropolis, Vozes, 1986, p. 20-21.

* Professora de História da Universidade de Minas Gerais, tem diversos trabalhos publicados, entre eles *O CGT no Brasil: 1961-1964* (Vozes, 2ª ed., 1986) e *PTB, do getulismo ao reformismo: 1954-64* (Marco Zero, 1989).

Foi nesse tempo de euforia participativa e de reação antinacionalista que se constituiu no Parlamento um movimento suprapartidário, que objetivava levar o Congresso Nacional a aprovar projetos de lei cujo conteúdo fosse nacionalista/reformista.

potencial de autonomia incontrolável.

As manifestações nacionalistas adquiriram conotação não aceitável para investidores internacionais, setores do capital nacional, proprietários rurais e para a maior parte dos integrantes de partidos como a UDN e o PR. Seus corolários eram a reforma agrária e projetos de conteúdo popular, como a extensão do direito de voto aos analfabetos e praças de ré. O coro reformista nacionalista passou a ser ouvido com um desconforto cada vez mais acentuado pelos referidos setores.

Uma crescente contradição, portanto, revelava-se como elemento integrante do cotidiano nacional. De um lado postavam-se os nacionalistas de matizes variados, unificados pelo sonho reformista. De outro estavam os partidos e demais setores que se autodenominavam antipopulistas, antiestatistas e antinacionalistas. Tais segmentos investiam na defesa de uma proposta de continuidade na internacionalização da economia e na implementação de programas econômicos liberais. Entendiam serem esses os reais pressupostos de progresso e de modernização.

Foi nesse tempo de euforia participativa e de reação antinacionalista que se constituiu no Parlamento um movimento suprapartidário, que objetivava levar o Congresso Nacional a aprovar projetos de lei cujo conteúdo fosse nacionalista/reformista. Trata-se da Frente Parlamentar Nacionalista, que agregou deputados e senadores de dife-

rentes partidos políticos, comungando o objetivo comum de lutar pela implementação de políticas públicas nacional-reformistas.

O objetivo do presente texto é o de analisar, ainda que de forma preliminar, a atuação da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), enfatizando as seguintes temáticas:

a) processo de formação da FPN e a sua atuação conjuntural;

b) propostas da FPN e sua relação com os projetos político-sociais apresentados por associações culturais, sindicais e demais organizações da sociedade civil;

c) a FPN e a sociedade civil: dinâmica de uma relação.

A pesquisa que subsidia a redação deste texto insere-se em um esforço sistemático para melhor compreender a "crise do populismo". Como etapas anteriores ao desenvolvimento da pesquisa sobre a FPN foram escritos dois textos, um sobre o Comando Geral dos Trabalhadores, que teve atuação expressiva no início dos anos 60, e outro sobre o Partido Trabalhista Brasileiro².

Ambas as pesquisas demonstraram que as análises sobre as condições nas quais se processou a "crise do populismo" ainda não estavam esgotadas. Pelo menos um ângulo dessa crise, o relativo à atuação do Parlamento, das Frentes Partidárias e da relação do Poder Legislativo com os movimentos emergentes da sociedade civil, mereceria uma atenção especial.

A Frente Parlamentar Nacionalista: inserção conjuntural

Na conjuntura do final dos anos 50 e início dos 60 as manifestações coletivas da cidadania conformam um tempo no qual a representação no imaginário social de uma esperança reformista e transformadora impulsionou, manifestação até então inédita na vida política nacional, do sujeito histórico coletivo. Nessa época expressivos segmentos da população constituíram-se atores de um processo, que apesar de contraditório, posto que marcado pelo autoritarismo paternalista intrínseco ao populismo, possibilitou a expansão de manifestações participativas, qualitativamente novas, posto que definidas por um forte potencial de autonomia em relação ao Estado.

A sociedade civil organizada penetrou no aparelho de Estado com suas reivindicações e projetos. Através de uma relação contraditória na qual expressavam-se concomitantemente impulsos de maior independência por parte dos cidadãos organizados, e pendores autoritários protecionistas por parte do Estado, constituiu-se um processo no qual o Parlamento teve expressivo papel. A instância legislativa federal intrinsecamente em tal processo foi palco de constantes manifestações em defesa de um projeto de desenvolvimento nacionalista para o País. A Frente Parlamentar Nacionalista constituiu um processo dinâmico, que retrata através da relação da própria Frente com o Poder Executivo e com a sociedade civil aspectos significativos da história do período.

Os partidos políticos que se formaram quando da instituição do pluripartidarismo em 1945, com exceção do PCB e do PSB, não apresentaram perfil ideológico claro. Seus programas também não continham características que demonstrassem as distinções partidárias. Nesse sentido os vínculos partidários se constituíram, na maior parte das vezes, por fatores relacionados a questões municipais e regionais, bem como a lealdades políticas pessoais, como era por exemplo o caso do PSD mineiro.

Em decorrência desses fatores, era comum que políticos de um partido desenvolvessem algum grau de identidade com os de outro partido. Tal identidade era manifesta, quase que corriqueiramente, de forma difusa e individual. A partir da segunda metade dos anos 50, entretanto, passou a manifestar-se de forma coletiva, principalmente através das Frentes Parlamentares que se constituíram no Parlamento Nacional.

Nesse período, duas Frentes Parlamentares foram organizadas no Poder Legislativo Federal: a Ação Democrática Parlamentar, que agregava políticos anti-reformistas e que data de 1961, e a Frente Parlamentar Nacionalista, fundada em 1956 e que congregava parlamentares cuja identidade principal era a defesa da adoção de políticas públicas

² Trata-se dos livros *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)* 2ª ed. Petropolis, Vozes, 1986, e *PTB do getulismo ao reformismo: 1945-1964*, São Paulo, Marco Zero, 1989, ambos de Lucília de Almeida Neves Delgado.

*A sociedade civil organizada
penetrou no aparelho de
Estado com suas
reivindicações e projetos.*

nacionalistas, por parte do Governo Federal.

A FPN, objeto de nosso estudo, era formada por parlamentares de vários partidos políticos, mas na sua composição a hegemonia ficava com o Partido Trabalhista Brasileiro, que contribuiu com 60% de seus filiados. Além de petebistas, também se integraram a Frente Parlamentar Nacionalista políticos do PSD, da UDN e de partidos menores como o PSB e o próprio PR, que agregava em seus quadros, majoritariamente, proprietários rurais.³

O primeiro manifesto oficial da FPN foi lido na Tribuna da Câmara dos Deputados pelo parlamentar Abguar Bastos, do PTB de São Paulo, e referia-se a questões como: revisão de acordos internacionais de comércio, procurando acrescentar cláusulas que atendessem aos interesses nacionais; controle da remessa de lucros; defesa dos estoques financeiros e das jazidas de minerais do País; defesa da indústria nacional; defesa das organizações estatais de monopólio já constituídas; esforços para a constituição de novas empresas de monopólio; defesa da cultura brasileira; estímulo ao cinema nacional, dentre outras.⁴ Nesse mesmo ano, como registram os Anais do Congresso Nacional, o deputado Oswaldo Lima Filho, de Pernambuco, leu em sessão ordinária da Câmara Federal "para conhecimento da casa (...) a Declaração de Princípios que une 67 senhores representantes, filiados às mais diversas siglas partidárias, aos mais diversos partidos". A Declaração continha assuntos como: revisão de acordos comerciais que prejudicassem o País; estímulo à criação de indústrias de base de capital nacional; fomento à produção de alimentos; intervenção do Estado na economia; controle da remessa de lucros; nacionalização das agências de publicidade; reforma do sistema bancário; luta contra o pauperismo da população; defesa do patrimônio cultural brasileiro, den-

tre outros.⁵

Os integrantes da FPN tinham consciência de que seus vínculos oficiais eram com os partidos aos quais estavam filiados e não com a Frente, por isso predominava em 1957 uma orientação de comportamento que sugeria aos parlamentares defenderem posições nacionalistas nas reuniões de seus partidos, evitando divergir desses nas votações plenárias do Parlamento, quando fossem voto vencido em suas agremiações. Tal orientação, todavia, não vigorou durante os anos consecutivos nos quais a FPN atuou. Em 1963, quando a polarização ideológica tomava conta do Parlamento e da sociedade civil, os dirigentes da Frente Parlamentar Nacionalista publicaram um termo de compromisso através do qual os integrantes da FPN se comprometiam a sustentar e a votar no Congresso projetos de lei relativos a: democratização institucional; democratização do ensino e da cultura; reforma agrária; abastecimento e custo de vida; desenvolvimento econômico independente e política externa independente.⁶

Além de manifestações documentais tornadas públicas nas reuniões plenárias da Câmara e Senado Federal, os integrantes da FPN atuavam, sistematicamente, nas comissões legislativas procurando fazer com que projetos de lei relativos às reformas de base, ao controle de remessas de lucro e à Lei de Previdência Social fossem aprovados.

Nos processos eleitorais os membros da FPN desenvolveram ações buscando arrecadar fundos para as campanhas de candidatos a cargos legislativos (deputados ou senadores) que tivessem compromisso público com as causas nacionalistas. Em estudo patrocinado pelo IPES, Paulo de Assis Ribeiro (1962) concluiu que nas eleições legislativas federais daquele ano as frentes de esquerda se fortaleceram. Segundo o autor, muitos eleitores "impressionados" com as campanhas nacionalistas da FPN procuraram dirigir seus votos para os integrantes dessa organização.⁷

A análise do autor indica o motivo principal da opção do eleitorado. Entretanto, desconhece que, na verdade, mesmo dirigindo seu voto para candidatos nacionalistas, parte expressiva dos eleitores escolhia de fato candidatos filiados oficialmente a algum partido legal. De acordo com Luciano Martins, os eleitores procuraram escolher nos partidos

candidatos que fossem vinculados à FPN ou a ela filiados.⁸

Na campanha presidencial de 1960 a FPN sofreu algumas dissensões internas, pois nem todos os seus integrantes apoiaram a candidatura Lott, preferindo acompanhar a orientação de seus partidos de origem. Muitos parlamentares, por exemplo, votaram em Jânio Quadros. Essa foi a posição da maior parte dos parlamentares frentistas vinculados à UDN. Mesmo em relação à candidatura para vice-presidente houve divergências: os parlamentares da UDN ficaram com Milton Campos, os do PSD com João Goulart (PTB) e os do PTB se dividiram - a maior parte apoiou Jango, mas um grupo bastante expressivo ficou do lado de Fernando Ferrari (MTR), dissidente do próprio PTB.

Em outras oportunidades ficou também evidenciado que nem sempre os integrantes da FPN adotaram posição unificada. O processo apresentava dupla face: os parlamentares haviam se filiado à FPN por inexistência de coesão programático-ideológica em seus partidos de origem. Entretanto, o próprio caráter suprapartidário da Frente provocava dissensões internas à organização, devido às influências discordantes dos partidos de origem dos frentistas.

Apesar da dificuldade em se adotar, de forma mais permanente, uma linha de ação, a FPN desenvolveu uma destacada e influente atuação, principalmente no período de governo João Goulart. A Frente Parlamentar Nacionalista transformou-se em advogada de defesa das manifestações e reivindicações dos movimentos sociais junto ao Congresso

3. Sobre a composição da FPN, ver Belloch, Israel e Abreu, Alzira Alves. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1985*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, FGV/CPDOC/FINEP, 1984, vol. 2. Delgado, Lucrécia de Almeida Neves. *PTB do getulismo ao reformismo*, op. cit. e Pereira, Osny Duarte. *Estudos nacionalistas*. Rio de Janeiro: Conquista, 1962, vol. 1.

4. Anais do Congresso Nacional, 06 de junho de 1956.

5. Anais do Congresso Nacional, 14 de junho de 1956.

6. O documento não consta dos Anais do Congresso, pois não foi lido na Plenária do Parlamento. A reprodução de seu texto integral e encontra-se em Magalhães, Sérgio. *Prática da emancipação nacional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964, p. 155-158.

7. Paulo de Assis Ribeiro. *O processo eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro, IPES, 1962.

8. Luciano Martins. *Pouvoir et développement économique*, Paris: Ed. Anthrops, 1976.

... os integrantes da FPN atuavam, sistematicamente, nas comissões legislativas procurando fazer com que projetos de lei relativos às reformas de base, ao controle de remessas de lucro e à Lei de Previdência Social fossem aprovados.

Nacional. Não foram poucas as vezes em que os integrantes da FPN assumiram a função de porta-vozes de organizações como o Comando Geral dos Trabalhadores, as Ligas Camponesas e a União Nacional dos Estudantes junto ao Parlamento e ao Poder Executivo Federal.

A força e a fragilidade da FPN, paradoxalmente, situavam-se no mesmo ponto. Seu caráter suprapartidário lhe propiciava uma ampla margem de ação e penetração junto ao governo, ao Congresso e ao eleitorado. Todavia situava-se nesse mesmo caráter suprapartidário a fonte da fragmentação das divergências nela presentes.

Propostas da FPN e reivindicações da sociedade civil

O nacionalismo, no decorrer da década de 50, tornou-se tema destacado nos debates parlamentares e na sociedade civil. As campanhas pela criação da Petrobrás e da Eletrobrás mobilizaram diferentes segmentos sociais e partidos políticos durante o governo Vargas. Para significativos setores da sociedade brasileira a adoção de uma política econômica nacionalista apresentava-se como uma solução salvadora para o capitalismo brasileiro e como um instrumento efetivo capaz de levar o País a superar o estágio de subdesenvolvimento. Empresários, operários e políticos filiados a diferentes partidos, como o PTB, o PSD, o PCB e à própria UDN, comungavam uma convicção nacionalista-desenvolvimentista, na esperança de que a nação brasileira pudesse caminhar com

suas próprias pernas em direção à industrialização efetiva de sua economia. A industrialização, por sua vez, possibilitaria, segundo esse entendimento, a superação dos crônicos problemas sociais que assolavam o País.

Nessa época, nos meios intelectuais, faziam escola as idéias difundidas pela CEPAL (Comissão de Estudos para a América Latina). Segundo a orientação cepalina, a adoção de uma política industrializante era condição preliminar para superação do subdesenvolvimento e também para se vencerem os obstáculos oriundos de uma economia internacionalizada, que prejudicava os reais interesses nacionais.

Buscando fixar uma posição teórica nacionalista, alguns intelectuais formaram o Grupo Itatiaia, ainda em 1952. Desse grupo originou-se o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), responsável pela edição dos "Cadernos Nosso Tempo", publicação de caráter nacionalista que marcou significativamente a produção intelectual "engajada" da década de 50. Esses mesmos intelectuais acabaram por fundar, durante o governo JK, o Instituto Superior em Estudos Brasileiros (ISEB). Os estudos desenvolvidos pelo ISEB influenciaram muito os integrantes da FPN.

Também os partidos políticos tomaram iniciativas no sentido de difundir idéias nacionalistas: em 1950 organizaram a Liga de Emancipação Nacional, posteriormente fechada por Juscelino Kubitschek, em 1956. Os fundadores da Liga, na ocasião de seu fechamento, não pouparam esforços para a criação da FPN que, por ser iniciativa parlamentar, não ficaria suscetível às investidas do Poder Executivo. A Liga de Emancipação era monopolizada, praticamente, por militantes do PCB. Tal condição contribuiu para provocar um isolamento da iniciativa, uma vez que o Partido Comunista Brasileiro era ilegal e a forte propaganda anticomunista, de abrangência internacional, influenciava expressivos segmentos da população. O mesmo não ocorreu posteriormente com a FPN, que agregou políticos de diferentes filiações partidárias.

A FPN, iniciativa nacionalista que sucedeu à Liga de Emancipação Nacional, caracterizada por uma expressiva heterogeneidade, reunia o apoio de setores diversos e de políticos de extração partidária diferenciada: socialistas, ca-

tólicos, petebistas e udenistas-nacionalistas. As entidades que se faziam representar pela FPN eram a UNE, diversos sindicatos e outras organizações da sociedade civil, como as Ligas Camponesas e as Comunidades Eclesiais de Base. As iniciativas da Frente Parlamentar Nacionalista eram divulgadas pelo jornal "O Semanário" e posteriormente por "O Nacional", que circulou por pouco tempo.

Os documentos da FPN refletiam, portanto, a pluralidade ideológica de seus filiados e apoiadores. Por outro lado, adquiriram um tom mais reformista à medida em que a conjuntura nacional foi se caracterizando por uma marca mais acentuada de polarização ideológica. De fato, a FPN incorporou em suas manifestações oficiais o conjunto das demandas e reivindicações que a sociedade civil organizada apresentava a público. O crescimento do movimento pelas reformas de base teve real impacto na atuação da FPN. Se os primeiros documentos da organização centravam-se em temas quase que exclusivamente nacionalistas, marcados por forte influência do IBESP e depois pelo ISEB, os últimos passaram a combinar manifestação nacionalista-antiimperialista com propostas de reformas sociais e econômicas, mais influenciados pelas reivindicações da sociedade civil. Assim sendo, em 1956, quando o programa da FPN foi apresentado oficialmente, seu conteúdo principal centrava-se em itens que defendiam essencialmente a adoção de medidas nacionalistas protecionistas pelo governo, tanto em relação a questões econômicas como em relação à política cultural. Nessa ocasião uma questão como a reforma agrária não recebeu o destaque que posteriormente veio a adquirir nas manifestações oficiais da FPN na década de 60.

O desenrolar dos acontecimentos levou a FPN a encampar a proposta de reformas de base, especialmente a da reforma agrária. Em 1961, por exemplo, o deputado Adão Pereira Nunes leu documento oficial da FPN⁹ que se centrou basicamente em questões relativas à reforma agrária. O mesmo ocorreu em janeiro de 1964, quando o deputado sociólogo Roland Corbister subiu à tribuna

9. Anais do Congresso Nacional, 04 de agosto de 1961.

A Frente Parlamentar Nacionalista transformou-se em advogada de defesa das manifestações e reivindicações dos movimentos sociais junto ao Congresso Nacional.

da Câmara Federal para defender o decreto-lei presidencial que permitia à Superintendência da Política Agrária (SUPRA) desapropriar as glebas acima de 100 hectares que não estivessem sendo exploradas. O objetivo do Governo Federal era o de dar início à reforma agrária no território nacional.¹⁰

Frente Parlamentar Nacionalista e sociedade civil: a dinâmica de uma relação

Em 1964, Sérgio Magalhães, um dos nomes mais destacados do movimento nacionalista, afirmava às vésperas do golpe militar de 1964:

"Todas as providências de caráter superficial, geralmente aceitas pelas classes dirigentes para debelar a crise, já não produzem mais efeitos, evidenciando a necessidade das reformas de base. Reforma para modificar a estrutura agrária, reforma bancária progressista para colocar o crédito a serviço do desenvolvimento nacional, reforma tributária para diminuir as desigualdades sociais e reforma administrativa para acabar com a ineficiência e a corrupção (...) Reformas autênticas só serão executadas quando as forças progressistas dominarem a situação."¹¹

E ainda:

"Não se pode fazer reforma agrá-

ria sem a participação dos lavradores, do mesmo modo que não se pode fazer reforma bancária sem a participação dos bancários. A solução não consiste, portanto, em suprimir a democracia, mas, ao contrário, em estendê-la."¹²

Os fragmentos de discurso acima reproduzidos indicam que além de terem caminhado em direção à defesa cada vez mais contundente das reformas de base, os parlamentares nacionalistas desenvolveram uma compreensão de que a realidade nacional subdesenvolvida só poderia ser transformada mediante uma participação ativa da população no processo de reformas sociais. Tal compreensão foi elaborada a partir de um contato cada vez mais estreito entre os parlamentares da FPN e os movimentos organizados da sociedade civil. Uma espécie de utopia nacionalista reformista contagiou os parlamentares frentistas. A crença na solução dos problemas nacionais pela via reformista, todavia, não foi criação única e exclusiva dos membros do Poder Legislativo. Na verdade, o Congresso Nacional transformou-se numa caixa de ressonância das reivindicações sociais, políticas e econômicas manifestas por inúmeras e diferentes organizações da sociedade civil organizada.

A importância da FPN e o caráter inequívoco de sua estreita relação com os movimentos sociais é reconhecida tanto por ex-parlamentares da organização como por ex-militantes sindicais. Doutel de Andrade chegou a afirmar que os políticos do PTB que defendiam os interesses nacionalistas "(...) fizeram da FPN um instrumento de ação para a defesa desses interesses junto ao Congresso Nacional."¹³ Riani, ex-presidente da CGT, por sua vez, afirmou que os sindicalistas sabiam que podiam contar com os parlamentares da FPN para divulgação e defesa de suas reivindicações sindicais, bem, como as de caráter reformista.¹⁴ Sérgio Magalhães, em conso-

nância com as manifestações acima descritas, afirmou que:

"(...) a Frente Parlamentar passara a ter um prestígio no meio do povo. Como os partidos não eram organizados em bases ideológicas, conseqüentemente o povo passou a sentir que a Frente era a entidade, era o partido que realmente representava os seus ideais, suas aspirações."¹⁵

O sujeito coletivo histórico que a partir da segunda metade dos anos 50 desenvolveu uma linha de ação e de organização que o distanciava cada vez mais da tutela e do dirigismo estatal, peculiares à prática de dominação populista, trilhou o caminho da construção de uma cidadania emancipada e ampliada. Neste caminhar constituiu um imaginário social sobre progresso e desenvolvimento econômico, segundo o qual o nacionalismo e o reformismo seriam os principais sustentáculos da nova realidade econômico-social a ser constituída. Uma realidade utópica que se caracterizaria por efetivas transformações na estrutura de produção capitalista, agregada a reformas de natureza mais política que incluiriam a extensão do direito de voto aos analfabetos e aos soldados.

A sociedade civil atuante, marca distintiva do período, se comparado a outras fases da história republicana brasileira, fez com que sua voz e seus interesses se fizessem manifestos ao nível do aparelho de Estado. Para tal, com certeza, a FPN, devido ao seu caráter suprapartidário, funcionou como eficaz instrumento.

10. Anais do Congresso Nacional, 19 de janeiro de 1964.

11. Sérgio Magalhães, op. cit., p. 37.

12. Sérgio Magalhães, op. cit. p. 45.

13. Doutel de Andrade, entrevista à autora deste texto. Rio de Janeiro, julho de 1987.

14. Clodsmidt Riani, entrevista à autora deste texto, Juiz Fora, janeiro/julho de 1991.

15. Sérgio Magalhães, op. cit.